

A revoadada dos missionários de nossa esperança.

SÓ NO RETORNO DELES PODEREMOS TER IDÉIA MAIS CLARA DE COMO ANDARÁ NOSSA ECONOMIA NO RESTO DO ANO

MARCO ANTONIO ROCHA

Alguns dos principais e maiores donos do dinheiro mundial, em Tóquio, Frankfurt e Nova York estiveram sentados diante de altas autoridades financeiras brasileiras, tomando notas e fazendo perguntas sobre o futuro próximo da administração econômica deste país.

Malan em Frankfurt, Armínio Fraga em Nova York e Tóquio ficou por conta de Marcos Caramuru, secretário de Assuntos Internacionais da Fazenda. Espere-mos que este último tenha podido encantar os japoneses com o discurso do seu bacamarte, como a lendária figura que cunhou esse sobrenome tão brasileiro em nossa história.

Depois do retorno deles é que teremos melhores condições de saber se de fato se iniciou um novo ciclo na nossa vida econômica, como proclamou Gustavo Franco em seu discurso de despedida, ou se permanecemos na turbulência que encerrou o ciclo anterior. As primeiras informações sobre as reações internacionais indicaram que foram positivas, mas vamos aguardar para ver quanto da boa vontade se transforma em créditos efetivos para o Brasil.

Tudo dependia da consistência, coerência e competência do "plá" (desculpem a gíria) que os três missionários das nossas esperanças e fé tenham sido capazes de transmitir. Verba volant, diziam os latinos, scripta ma-

nent. Mas nessa missão o verbo, isto é, o palavrório, terá tido importância fundamental.

Testemos a receptividade do verbo brasileiro no exterior por nossa própria capacidade interna de acreditar nele. A *Gazeta Mercantil* dizia que Armínio Fraga, "confiante na capacidade do governo de atingir seus objetivos, fez questão de ressaltar os primeiros efeitos positivos da queda do dólar sobre as contas públicas". E informava que o pe-

queno recuo na cotação da moeda americana já fez com que a relação da dívida pública com o PIB caísse de 53% em fevereiro para 50%, quase a meta estipulada

para o final do ano no acordo com o FMI, que é de 49,3% do PIB.

Mas de que PIB estamos falando? Do atual, ou daquele que pelo mesmo acordo com o FMI poderá ter uma queda, neste ano, de 3,5% ou 4%? Eis aí uma indagação complicada que os banqueiros terão feito aos nossos diligentes missionários.

Outra questão em aberto é da curva inflacionária ao longo deste ano. Fraga admitiu que essa inflação interna poderá ser benéfica para o cumprimento das metas com o FMI, calculando um ganho equivalente a 0,5% do PIB no programa de ajuste fiscal do governo. Mas, de novo, de que inflação estamos falando, como média do ano? Estamos falando de 9%, de 11% ou de 17% de inflação anual? Cada um desses percentuais produzirá diferentes efeitos nas contas públicas.

Além disso, a queda do PIB, da produção e do emprego, aliada à inflação admitida, que reações produzirão no cenário financeiro do setor público e no próprio cenário político? É evidente, por exemplo, que essa retração toda terá efeitos no nível de arrecadação do setor público, no desempenho das empresas públicas, na tendência à sonegação e evasão fiscais do setor privado, na contenção dos orçamentos domésticos e, portanto, nas disponibilidades do consumidor. E em que medida o governo conseguirá resistir às tensões políticas daí resultantes?

Estão aí mais alguns indagações que os banqueiros poderiam fazer e, mesmo que não as tenham feito abertamente, estarão cogitando intimamente. Alguém leitor dessas modestas linhas teria competência, informações, segurança e jogo de cintura suficientes para respondê-las de maneira satisfatória? Creio que não, e não sei se alguém teria, mesmo estando por dentro de todas as informações que o governo possui.

Mas, de fato, o problema só é realmente significativo para empresas e empresários da área econômica propriamente dita, que estejam investindo ou pretendendo investir em caráter permanente no Brasil. A outra parte do público nas palestras das nossas autoridades, operadores e dirigentes dos setores financeiros, dos quais precisamos no momento em caráter mais imediato, só está interessada na qualidade das garantias que nosso governo possa oferecer.

E é por isso que a tentativa de lançamento de bônus da República, título apelidado de "sober-

rano", seja qual for o significado de soberania no caso, pretendia que eles fossem denominados em duas moedas: em reais, com base na taxa Selic, isto é, nos juros médios das operações lastreadas na dívida pública federal; ou em moeda estrangeira. Nesse caso com remuneração mínima garantida tomando por base a Libor. Depois da viagem nossos dirigentes saberão melhor qual a aceitabilidade dessas idéias.

Uma informação intrigante, mas animadora se for verdadeira, é que, mesmo com a confusão reinante no trimestre inicial do ano, o déficit em transações correntes previsto para 1999 poderá ser coberto pelo ingresso de investimentos diretos, previsto entre US\$ 17 bilhões e US\$ 18 bilhões. Muito bom, só resta confirmar.

Na verdade, há tantos "se", dependentes de confirmação ulterior, que só mesmo uma entidade de "poetas" – que me perdoem os autênticos poetas – como o FMI poderia fixar metas tão precisas, a exemplo das que fixou, num acordo que supostamente deverá durar três anos.

De qualquer forma, o presidente FHC e seu governo estão diante de uma oportunidade incomum. Há quem diga que é muito azar essa turbulência toda no início do segundo mandato. Mas há quem diga que é muita sorte pois ele ainda dispõe de quase quatro anos para resolver a charada e redimir-se – pior se tivesse acontecido no último ano. Tomara!

■ Marco Antonio Rocha é jornalista, sócio da XYZ Comunicação
e-mail: marocha@tecepe.com.br